

Conselho Municipal de Habitação de Mafra SC - CMH	<b>ATA DE REUNIÃO 01-2023</b>	Folhas: 02
---	-------------------------------	------------

1. Identificação			
<b>DATA</b>	08/03/2023		
<b>HORÁRIO INÍCIO</b>	14 HORAS	<b>HORÁRIO TÉRMINO</b>	15:37H
<b>LOCAL</b>	Centro de Referência de Assistência Social- CRAS Central		
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>Departamento de Habitação:</b> Titular Valéria Grossl Mendes da Silva, Piero Wanderley Ramos ( <b>secretario CMH</b> ); <b>Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação: Suplente</b> Claudia Regina Cordeiro; <b>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano</b> Titular Debora Kahlow Schossig; <b>CREA:</b> Rafael Sonaglio( <b>presidente CMH</b> ); <b>OAB:</b> Titular Carlos Luiz Cort ( <b>vice presidente CMH</b> ); <b>Fundação Euripedes Barsanulfo</b> titular Altaides Veiga e <b>Grupo de Idosos suplente</b> Americo Antunes.		

2. PAUTA
1. Apresentação relatório 2022 2. Planejamento 2023 3. Resolução do Conselho caso de invasão 4. Relatório de ações junto a CEF dos Condomínio Ouro Verde, e Santa Terezinha; 5. Andamento das atividades do Departamento de Habitação; 6. Trabalhos da Comissão de regularização fundiária 7. Programa Minha Casa Minha Vida; 8. Implantação do Sistema 1 Doc na prefeitura municipal

2. DISCUSSÃO
<p>No dia 08 de março de 2023 às 14 horas, reuniram-se representantes do Conselho Municipal de Habitação de Mafra, na sala de reuniões do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Central, onde foram recebidos pela diretora de habitação do município, a Sra. Valéria Grossl Mendes da Silva, onde por motivos técnicos sinalizou que as apresentações de relatório e planejamento ficariam para próxima reunião passando para outra pauta fazendo leitura sobre a situação de invasão em propriedade pertencente a este município pela senhora Loreci de Fatima atendida por equipamentos públicos CAPS, CRAS e Departamento de Habitação apresentado relatório e parecer da Assistência Social e da Procuradoria Geral do Município referente ao caso em questão, feita a análise da situação foi deliberado pelos conselheiros, priorizar e respeitar a legislação vigente buscando alternativas não somente para esta questão, como também para possíveis situações semelhantes para que não haja precedentes em relação a decisão tomada por este conselho, respeitando as leis e os programas habitacionais e os grupos prioritários encaminhados pela política pública de assistência social, foi decidido então por solicitar à Secretaria de Assistência Social e Habitação que os técnicos em conjunto com o Departamento de Habitação elejam e definam critérios de priorização, como também, classifiquem em ordem numérica de prioridade os cadastros encaminhados pelos profissionais da Assistência Social, se possível, com encaminhamento de relatório até a próxima reunião</p>

agendada para o dia 18 de abril para deliberação. Passando para outra pauta apresentado pela diretora as movimentações obtidas pelas vistorias feitas no Condomínio Ouro Verde onde as famílias foram notificadas pela CEF (Caixa Econômica Federal), onde moradores procuraram o departamento de habitação e foram orientados sobre a legalidade sobre os contratos e ocupações irregulares. Como próximo item de pauta a diretora informou sobre os trabalhos e licitações em andamento para utilização do fundo municipal na para aquisição de materiais e fomento do programa de melhoria de habitações, também colocado e apresentado a pauta sobre a atualização da parte teórica do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social onde foram iniciados os trabalhos futuramente apresentado para apreciação deste conselho. Foram apresentados os trabalhos da Comissão de Regularização Fundiária onde estão recebendo demandas de núcleos e demanda livre de moradores de diversos loteamentos públicos e privados onde foi explicado aos conselheiros as práticas e procedimentos, responsabilidade sobre o trabalho já desenvolvido até esta data dentro da Lei 13.465, a Vila Grossel será a primeira beneficiada com os serviços por terem o processo mais simplificado. Outra pauta discutida foi o Programa Minha Casa Minha Vida, o presidente Rafael Sonaglio relatou visita feita em Brasília e as novidades sobre a medida provisória publicada, mais sem previsão de portaria para execução do Programa, foi apresentada a demanda ao conselho das famílias já cadastradas, valor de renda atendida pelas faixas, indicadores sociais e a forma de comunicação do departamento via cadastro único. Dando Seguimento foi apresentado trabalho de verificação e levantamento dos terrenos disponíveis para utilização e construção de moradias as famílias, solicitando indicação de bairros que possam ter terrenos com possíveis desapropriações em terrenos onde já existam urbanização e equipamentos públicos para redução de custos e o acesso das famílias aos serviços básicos. Finalizando a pauta foi colocada a palavra livre quando houve sugestão do conselheiro Carlos Luiz Cort representando a OAB em permanência definitiva da instituição, devendo constar esse atributo no regimento interno e legislações do conselho, com justificativa de que está tendo divergência com o Estatuto da OAB no art. 44, onde define que a instituição tem como objetivo trabalhar dos direitos da dignidade e justiça social permeando orientação para sociedade em geral solicitando maior participação permanente não somente desta instituição. Foi solicitado que a instituição redija uma defesa e justificativa e remeta ao conselho e em seguida possa ser analisada pela procuradoria para que haja o correto procedimento legal, adotado nesta questão. Finalizando a reunião foi apresentado informações sobre o programa 1 DOC onde tramitará todas as documentações do conselho e os processos administrativos, ainda foi apresentado o progresso do banco de materiais e as possíveis participação das entidades na mobilização para doação de materiais e também no trabalho da prefeitura em empenho para constituição dos mesmos.

Dada por encerrada com agradecimentos pela participação dos conselheiros em anexo, eu Piero Wanderley Ramos (Secretário do CMH), com a ajuda da diretora de habitação, Valéria Grossl Mendes da Silva, lavramos a presente ata.